



DECLARAÇÃO

DECLARO para os devidos fins que o **BDI** (Benefícios e Despesas Indiretas) adotado está em conformidade com o **Acórdão 2.622/2013** do Tribunal de Contas da União, conforme discriminado no presente orçamento e este se encontram em consonância com o **Decreto nº 7.983 de 08 de abril de 2013** que estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos próprios e das providências, sendo elaborada em obediência a metodologia descrita no referido Decreto.

A contratação para a execução dos serviços deverá obedecer, no que couber, ao disposto na Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

Maceió/AL, 04 de Abril de 2023.



Documento assinado digitalmente

DILSON BATISTA FERREIRA

Data: 08/04/2023 16:21:39-0300

Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Dilson Batista Ferreira
Coordenador de Projetos e Obras do NEES
Matrícula SIAPE: 2145392
CAU Registro Nacional: A86881-7



DECLARAÇÃO DE COMPATIBILIDADE DE PREÇOS

DECLARO para os devidos fins, perante FUNDEPES que, os preços obtidos através da planilha de preço visando a presente contratação estão compatíveis com os preços médios praticados no mercado regional.

Maceió/AL, 04 de Abril de 2023.



Documento assinado digitalmente
DILSON BATISTA FERREIRA
Data: 08/04/2023 16:21:39-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dilson Batista Ferreira
Coordenador de Projetos e Obras do NEES
Matrícula SIAPE: 2145392
CAU Registro Nacional: A86881-7



DECLARAÇÃO

Eu, **DILSON BATISTA FERREIRA**, autor das planilhas orçamentárias do empreendimento OBRA DA SEDE DO OBSERVATÓRIO NACIONAL DE ENSINO HÍBRIDO DO NÚCLEO DE EXCELÊNCIA EM TECNOLOGIAS SOCIAIS (NEES), Maceió/AL, declaro que os quantitativos e custos constantes da planilha orçamentárias, estão compatíveis com os quantitativos do projeto de engenharia e os custos da tabela SINAPI (Sistema Nacional de pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil) mês de Novembro/2022, mantida e divulgada, na internet, pela Caixa Econômica Federal e do ORSE mês de Novembro/2022, mantida e divulgada, na internet.

A descrição do código do SINAPI que consta na planilha orçamentária descrita acima é um complemento adicional para o memorial descritivo da obra. Este deve ser levando em conta na execução da obra e na compra dos materiais.

Maceió/AL, 04 de Abril de 2023.



Documento assinado digitalmente
DILSON BATISTA FERREIRA
Data: 08/04/2023 16:21:39-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dilson Batista Ferreira
Coordenador de Projetos e Obras do NEES
Matrícula SIAPE: 2145392
CAU Registro Nacional: A86881-7



DECLARAÇÃO DE REGIME DE EXECUÇÃO DA OBRA

Eu, **Dilson Batista Ferreira**, declaro para os devidos fins e sob as penas da lei, que o **regime de execução de obra** a ser adotado para a contratação de empresa para execução de serviços de OBRA DA SEDE DO OBSERVATÓRIO NACIONAL DE ENSINO HÍBRIDO DO NÚCLEO DE EXCELÊNCIA EM TECNOLOGIAS SOCIAIS (NEES), localizada no Campus A.C. Simões, UFAL/Maceió/AL, com recursos próprios, será executada por administração indireta, por empreitada por preço unitário.

As maiores controvérsias quanto à escolha e à operacionalização de determinado regime de execução referem-se às empreitadas. Pela letra da lei, não fica claro como e quando utilizar cada um dos regimes de execução por empreitada definidos pelo legislador.

A escolha do regime de execução da obra não é decisão de livre arbítrio do gestor, **visto que deve ser pautada pelo interesse público e estar sempre motivada**, pois impactará as relações entre contratado e contratante, as medições do contrato firmado, seus aditivos, entre outros fatores relacionados à gestão do empreendimento contratado. **Decorre desse entendimento a constatação de que não existe, em tese, um regime de execução melhor que outro, e sim um regime que, no caso concreto, melhor atende ao interesse público**. (TCU, 2012: 76 – sublinhado nosso).

Os “regimes de empreitada” referidos no título nada mais são do que os regimes de execução previstos na Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos – LLC). Entende-se por regime de execução “a forma pela qual o objeto do contrato será executado” (TCU, 2010: 674), conforme esteja planejando a administração. A LLC arrola quatro regimes de execução indireta, a saber: a) empreitada por preço global; b) empreitada por preço unitário; c) tarefa e d) empreitada integral.



A opção pelo regime de preço unitário se deu pela característica do objeto e pelo interesse público. Considerando que trata-se de uma obra de construção de uma SEDE DO OBSERVATÓRIO NACIONAL DE ENSINO HÍBRIDO DO NÚCLEO DE EXCELÊNCIA EM TECNOLOGIAS SOCIAIS (NEES). O entendimento da administração neste caso é que o enquadramento na empreitada por preço unitário é o mais adequando ao caso em tela. Como bem colocam Moreira e Guimarães, “a definição do regime de execução é relevante para definir a disciplina jurídica da remuneração do contratado e as consequências de seu inadimplemento” (2012: 194). Em certa ocasião, o TCU entendeu, assim como a doutrina, que o regime de execução deveria ser escolhido em função da forma de pagamento a ser feita, exarando a seguinte recomendação: “Estabeleça o regime de execução contratual de acordo com o critério de apuração do valor a ser pago ao particular, observando os conceitos fixados no art. 6º, inciso VIII, alíneas a e b, da Lei no 8.666/1993” (Acórdão nº 337/2005 Plenário) – sublinhamos. Na mesma linha de entendimento, Altounian assevera que “a diferença básica [entre a empreitada por preço unitário e a empreitada global] está na forma em que os serviços contratados serão medidos e pagos” (2012: 187).

Neste sentido não queremos impedir empresas da região de pequeno porte de impedir sua participação, como forma de desenvolver a economia local. Em razão das características da obra e de seu cronograma o pagamento faseado por meio de medições frequentes viabilizará uma competição maior e uma correção entre o executado e pago, mantendo o equilíbrio econômico financeiro, pois a margem de lucro das empresas é pequeno pelo montante envolvido na obra e se não o fizermos por meio de medição, podemos ter uma licitação deserta. Nosso entender coaduna como o que dispõe o art. 14 do Decreto nº 7.983/2013, que estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos próprios do Município.

Maceió/AL, 04 de Abril de 2023.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
Núcleo de Excelência em Tecnologias Sociais



Documento assinado digitalmente

DILSON BATISTA FERREIRA
Data: 08/04/2023 16:21:39-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


Dilson Batista Ferreira
Coordenador de Projetos e Obras do NEES
Matrícula SIAPE: 2145392
CAU Registro Nacional: A86881-7



DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Declaro para os devidos fins que os estudos preliminares evidenciaram que a contratação da solução descrita neste certame, mostra-se possível tecnicamente e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.

Maceió/AL, 04 de Abril de 2023.

Documento assinado digitalmente
 **DILSON BATISTA FERREIRA**
Data: 08/04/2023 16:24:43-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


Dilson Batista Ferreira
Coordenador de Projetos e Obras do NEES
Matrícula SIAPE: 2145392
CAU Registro Nacional: A86881-7



DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Declaro para os devidos fins que os estudos preliminares evidenciaram que a contratação da solução descrita neste certame, mostra-se possível tecnicamente e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.

Maceió/AL, 04 de Abril de 2023.

Documento assinado digitalmente
 **DILSON BATISTA FERREIRA**
Data: 08/04/2023 16:21:39-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Dilson Batista Ferreira
Coordenador de Projetos e Obras do NEES
Matrícula SIAPE: 2145392
CAU Registro Nacional: A86881-7



DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que, para execução dos serviços da OBRA DA SEDE DO OBSERVATÓRIO NACIONAL DE ENSINO HÍBRIDO DO NÚCLEO DE EXCELÊNCIA EM TECNOLOGIAS SOCIAIS (NEES), em Maceió/AL, serão todos elaborados seguindo as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT.

Declaro também que a partir da definição de cada área de intervenção, os projetos serão elaborados, plotados, aprovados e assinados pelos respectivos responsáveis técnicos, antes da autorização de ordem de serviço da obra.

Maceió/AL, 04 de Abril de 2023.



Documento assinado digitalmente
DILSON BATISTA FERREIRA
Data: 08/04/2023 16:24:43-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dilson Batista Ferreira
Coordenador de Projetos e Obras do NEES
Matrícula SIAPE: 2145392
CAU Registro Nacional: A86881-7



JUSTIFICATIVA DE AUSÊNCIA DE EIV

Definido como um dos instrumentos da política urbana, o Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV discorre sobre os efeitos positivos e negativos de empreendimentos ou atividades no que se refere à qualidade de vida dos residentes das suas proximidades, de acordo com a Lei Municipal de uso e ocupação de solo.

Conforme o parágrafo 2º do artigo 134 do Plano Diretor de Maceió (PDM), Lei Municipal nº 5.486 de 31 de dezembro de 2005, é exigida a elaboração do EIV para os seguintes empreendimentos ou atividades públicas ou privadas na área urbana:

- I – Aterro sanitário;
- II – Cemitérios;
- III – Postos de abastecimento e de serviços para veículos;
- IV – Depósitos de gás liquefeito;
- V – Hospitais e casas de saúde;
- VI – Casas de cultos e igrejas;
- VII – Estabelecimento de ensino;
- VIII – Casas de festas, shows e eventos;
- IX – Gráficas;
- X – Oficinas mecânicas, elétricas, serralharias e congêneres;
- XI – Academias de esportes;
- XII – Bares, restaurantes e supermercados;

Assim, os serviços de obras de OBSERVATÓRIOS não fazem parte do rol de empreendimentos constante no artigo supramencionado, para os quais são exigidos o EIV.




Além disso, o artigo 135 do PDM estabelece outros aspectos para identificar outros empreendimentos que causem impacto de vizinhança e por isso devem apresentar o EIV para o licenciamento, são eles:

- I – Interferência significativa na infraestrutura urbana;
- II – Interferência significativa na prestação de serviços públicos;
- III – Alteração significativa na qualidade de vida na área de influência do empreendimento ou atividade, afetando a saúde, segurança, mobilidade, locomoção ou bem-estar dos moradores e usuários;
- IV – Ameaça à proteção especial instituída para a área de influência do empreendimento ou atividade;
- V – Necessidade de parâmetros urbanísticos especiais;
- VI – Causadoras de poluição sonora.

Diante do exposto, fica evidente que os serviços da OBRA DA SEDE DO OBSERVATÓRIO NACIONAL DE ENSINO HÍBRIDO DO NÚCLEO DE EXCELÊNCIA EM TECNOLOGIAS SOCIAIS (NEES), não se enquadram nas categorias de empreendimentos onde o EIV é exigido, uma vez que não ocasionará os impactos acima referidos, não sendo necessário, portanto, a elaboração de Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança, pois está localizado em um campus universitário federal, sem impacto algum na vizinhança.

Maceió/AL, 04 de Abril de 2023.

Documento assinado digitalmente
 **DILSON BATISTA FERREIRA**
Data: 08/04/2023 16:24:43-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dilson Batista Ferreira
Coordenador de Projetos e Obras do NEES
Matrícula SIAPE: 2145392
CAU Registro Nacional: A86881-7




DECLARAÇÃO

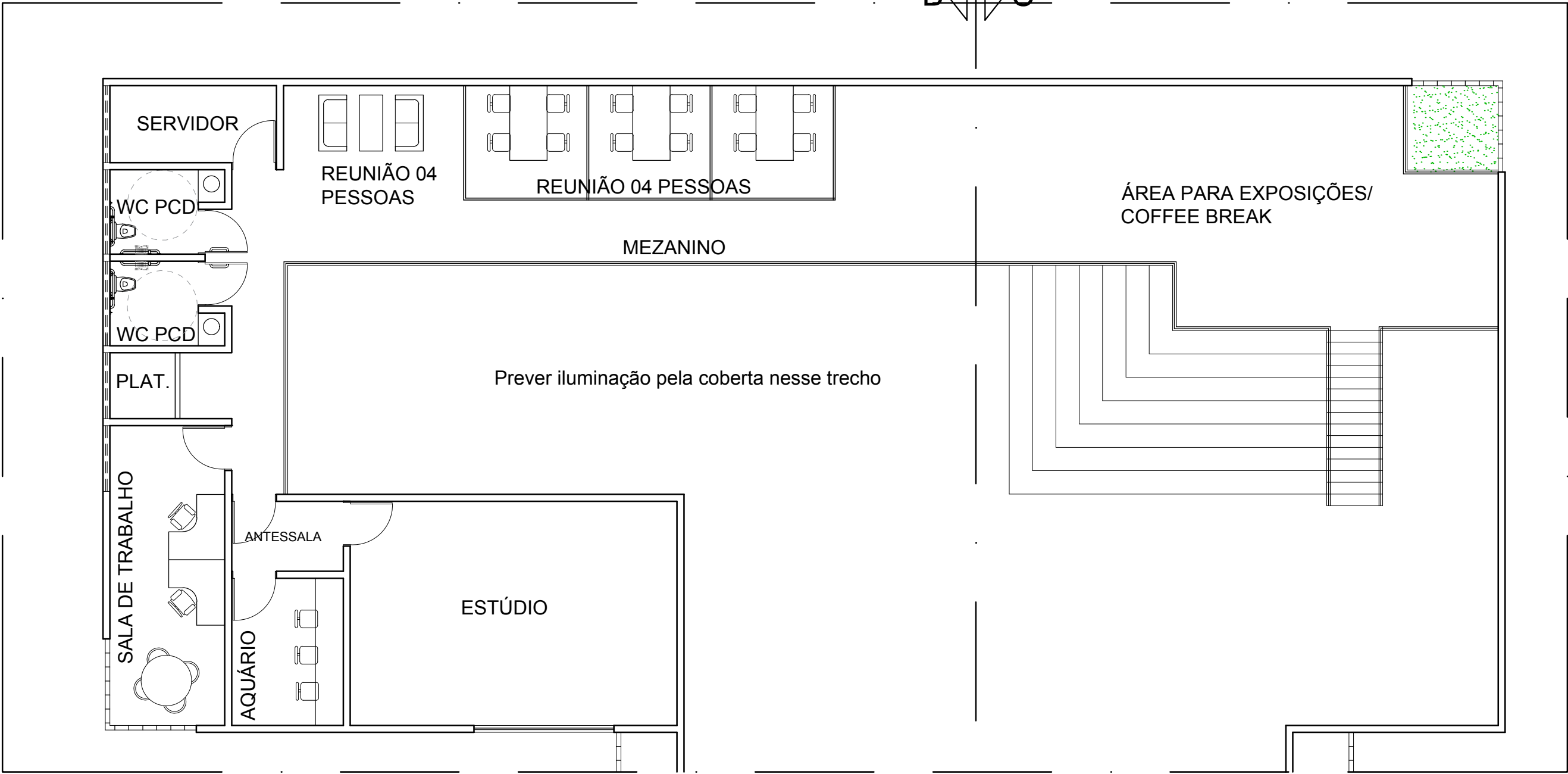
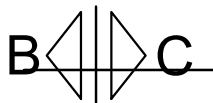
Declaro para os devidos fins que, para execução dos serviços da OBRA DA SEDE DO OBSERVATÓRIO NACIONAL DE ENSINO HÍBRIDO DO NÚCLEO DE EXCELÊNCIA EM TECNOLOGIAS SOCIAIS (NEES), em Maceió/AL, serão todos elaborados seguindo as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT.

Declaro também que a partir da definição de cada área de intervenção, os projetos serão elaborados, plotados, aprovados e assinados pelos respectivos responsáveis técnicos, antes da autorização de ordem de serviço da obra.

Maceió/AL, 04 de Abril de 2023.

Documento assinado digitalmente
 **DILSON BATISTA FERREIRA**
Data: 08/04/2023 16:24:43-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dilson Batista Ferreira
Coordenador de Projetos e Obras do NEES
Matrícula SIAPE: 2145392
CAU Registro Nacional: A86881-7



PLANTA BAIXA 1º ANDAR



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

INSTITUTO DE COMPUTAÇÃO

Núcleo de Excelência em Tecnologias Sociais



Maceió/Alagoas, 03 de abril 2023.

À FUNDEPES - Fundação Universitária de Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa

A/C: Presidente da FUNDEPES, Senhor Ricardo Antônio de Barros Wanderley

Senhor Presidente,

Comunicamos que a Coordenação de Projetos e Obras do Núcleo de Excelência em Tecnologias Sociais (NEES), considerando o valor da licitação do CONSTRUÇÃO DA SEDE DO OBSERVATÓRIO NACIONAL DE ENSINO HÍBRIDO DO NÚCLEO DE EXCELÊNCIA EM TECNOLOGIAS SOCIAIS (NEES) decidiu adotar a modalidade de Tomada de Preços, prevista na Lei 8.666/1993 (art. 22, § 2º) e não mais a Seleção Pública prevista no Decreto 8241/2014.

Justifica-se a troca por entender que o certame se enquadra adequadamente dentro de uma Tomada de Preços, tanto no valor a ser licitado (R\$ 2.843.234,11), quanto ao formato do objeto a ser licitado.

Subscreve atenciosamente;

Documento assinado digitalmente



DILSON BATISTA FERREIRA

Data: 08/04/2023 10:23:00-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

DILSON BATISTA FERREIRA

Coordenador de Projetos e Obras do NEES

Matrícula SIAPE: 2145392



Ministério da Educação – MEC
Universidade Federal de Alagoas – UFAL
Projeto Desenvolvimento da Rede Brasileira de Ensino Híbrido

OFÍCIO Nº 32/2022 – Rede Brasileira de Ensino Híbrido /UFAL

Maceió, 21 de julho de 2022.


À Senhora
Taciana Melo dos Santos
Vice-Presidente
Fundação Universitária de Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa - FUNDEPES
Rua Ministro Salgado Filho, 78 - Pitanguinha
CEP 57052-140
Maceió/AL

Assunto: Formalização de Coordenador de Obras e Projetos – Projeto do Centro de Mídias – TED 10748.

Senhora Vice-Presidente,

1. Informamos que o servidor e docente da FAU/UFAL, Dilson Batista Ferreira, Siape 2145392, está inserido como Coordenador de Obras e Projetos no Termo de Execução Descentralizada (TED) nº 10748/2021.
2. Desta forma, comunicamos que o servidor supracitado será o responsável por todas as tratativas com a Fundepes referentes a licitações de projetos, obras e serviços de engenharia, arquitetura e meio ambiente da TED em referência.
3. Desde já nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

Documento assinado digitalmente
 IBSEN MATEUS BITTENCOURT SANTANA PINTO
Data: 21/07/2022 17:03:49-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

PROF. DR. IBSEN MATEUS BITTENCOURT SANTANA PINTO
Coordenador do Projeto Desenvolvimento da Rede Brasileira de Ensino Híbrido (TED 10748)
Siape 1775122



Universidade Federal de Alagoas

Gabinete da Reitoria

PORTARIA Nº 1.092, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 15 do Estatuto da UFAL, aprovado pela Portaria Ministerial nº 4.067/MEC, de 29/12/2003, tendo em vista o que consta no processo 23065.031864/2022-91, resolve:

Art. 1º Autorizar DILSON BATISTA FERREIRA, Professor do Magistério Superior, matrícula Siape nº 2145392, para atuar como responsável institucional de estudos, projetos e licitações relacionados à reforma, adaptação, construção, serviços de engenharia, urbanismo, arquitetura e meio ambiente a serem desenvolvidos e/ou realizados pelo Núcleo de Excelência em Tecnologias Sociais - NEES/IC/UFAL, bem como coordenador, gestor de contrato e/ou fiscal administrativo e/ou técnico, reportando-se à Direção do Instituto de Computação e/ou à Superintendência de Infraestrutura – SINFRA/UFAL e/ou à Diretoria da Fundação Universitária de Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa - FUNDEPES, quando se fizer necessário apoio.

Art. 2º A presente designação não integra o quadro das funções remuneradas desta Instituição.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSEALDO TONHOLO